

## Construcionismo Social e Análise do Discurso: Uma Possibilidade Teórico-Metodológica

**Autoria:** Adriana Ventola Marra, Valéria da Glória Pereira Brito

### Resumo

Este artigo faz uma revisão teórica com o objetivo de discutir a importância da Análise do Discurso para as pesquisas em administração à luz da perspectiva do Construcionismo Social. O Construcionismo foca o conhecimento no centro dos processos de interação social, enfatizando o que acontece entre as pessoas e como se dá a construção de sentidos nesses processos. A análise das práticas discursivas considera a linguagem empregada pelos sujeitos na construção dos sentidos da realidade. Mais do que acirrar o debate sobre a primazia da abordagem qualitativa sobre a quantitativa ou vice-versa, a intenção neste artigo recai sobre a contribuição que “outros olhares” possam trazer para a pesquisa em administração. Neste aspecto, ao discutir a possibilidade de adoção do construcionismo social aliado à análise de discurso, não pretendemos excluir ou desqualificar outras abordagens e posicionamentos epistemológicos e ontológicos. A nossa defesa apresenta uma contribuição para a pesquisa na área por acreditamos que a adoção dessas bases epistemológicas possa dar suporte ao desenvolvimento de pesquisas que preocupam-se com o agir humano e em auxiliar na compreensão das práticas e políticas em gestão de pessoas. Para cumprir o objetivo proposto, esse artigo resgata a origem do Construcionismo Social e seus principais fundamentos epistemológicos, destacando também algumas críticas recentes. Posteriormente, aborda a Análise do Discurso, enquanto postura do pesquisador e não apenas uma técnica de análise de dados, a partir de considerações sobre Bakhtin, Fairclough e o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). Pode-se dizer que Bakhtin fornece conceitos fundamentais para as formulações de Fairclough, tais como gênero do discurso e dialogismo. A aproximação entre os autores começa pela própria concepção de discurso, entendido como prática social que articula diferentes elementos sociais: ação e interação; relações sociais; pessoas e suas histórias, valores e crenças; mundo material; e a própria linguagem. O sujeito desse discurso é visto como coletivo pois mesmo nas narrativas individuais, pode-se entrever um discurso social mais amplo, bem como uma narrativa coletiva situada em uma dada realidade sócio-histórica. Assim, defende-se que a apreensão dos sentidos atribuídos a realidade passa pela interpretação contextualizada dos enunciados dos sujeitos, levando-se em consideração os fundamentos da abordagem socioconstrucionista e os elementos da análise crítica do discurso, tais como: a seleção lexical, os temas, as personagens, as informações, os silenciamentos, os significados da ação, os significados representacionais e os significados identificacionais.

## Introdução

A opção teórico-metodológica de um pesquisador sempre depende dos pressupostos que o orientam ao posicionar-se diante do problema de pesquisa a ser investigado. Desta forma, a escolha dos procedimentos metodológicos deve estar sustentada por uma base epistemológica consistente, que revele seu posicionamento ontológico. Caso contrário, corre-se o risco de realizar interpretações incomensuráveis ou mesmo inconsistentes. A pesquisa empírica deve, portanto, respeitar estes preceitos, a fim de se evitar a ambiguidade analítica ou conclusões equivocadas.

Os trabalhos acadêmicos e pesquisas em administração no Brasil caracterizam-se pela diversificação do uso de metodologias quantitativas e/ou qualitativas. Tal diversidade tem sido salutar por permitir que os problemas sejam tratados sob diferentes enfoques teórico-metodológicos. Este artigo tem como objetivo principal propor o emprego do Construcionismo Social conjugado com a Análise do Discurso como opção teórico-metodológica para as pesquisas qualitativas em administração, buscando ampliar a diversidade de perspectivas na área. Mais do que acirrar o debate sobre a primazia de uma abordagem sobre a outra, a intenção neste artigo recai sobre a contribuição que “outros olhares” possam trazer para a pesquisa em administração. Neste aspecto, ao discutir a possibilidade de adoção do construcionismo social aliado à análise de discurso, não pretendemos excluir ou desqualificar as demais abordagens de pesquisa.

Geralmente, as abordagens quantitativas, orientam-se fortemente pela ontologia e epistemologia positivista, defendem a aplicação de métodos científicos que se caracterizam pela formulação e testes de hipóteses. Nesta ótica, buscam-se explicações causais e verdades científicas pautadas em rigorosa definição de ciência que ao rejeitar qualquer tipo de indução, reafirma a lógica dedutiva como estratégia válida para a construção do conhecimento sob a égide objetivista. Esta postura tem influenciado a produção do conhecimento em administração no Brasil e no mundo, sendo que os pesquisadores “quantitativos” tendem a descartar a adoção de métodos de pesquisa qualitativa alegando que os seus resultados são marcados pela subjetividade e não produzem resultados que possam ser considerados como válidos e universalizáveis (STRAUSS e CORBIN, 2009). Para estes autores, os estudiosos que privilegiam a aplicação dos métodos quantitativos apontam que as abordagens qualitativas não respeitam o princípio da representatividade estatística e os resultados são produzidos sem o rigor científico inerente aos protocolos de pesquisa quantitativa.

Por sua vez, as investigações qualitativas, surgidas no movimento reformista do início da década de 1970, ainda suscitam discussões acadêmicas sobre sua validade e sobre quais são os meios e as metas adequados para a pesquisa social. Para além dos debates, a investigação qualitativa é entendida como um campo para a crítica científica social, e não apenas um tipo de metodologia ou teoria social (SCHWANDT, 2006). Diferentes epistemologias se apresentam como alternativas para a realização da investigação qualitativa, tais como o interpretativismo, a hermenêutica e o construcionismo social.

O interpretativismo e a hermenêutica tiveram sua origem no final do século XIX e no início do século XX. Como uma reação ao positivismo, enfatizavam as diferenças fundamentais entre ciências humanas e ciências naturais. Para os interpretativistas, a ação humana difere dos objetos físicos, pois é inerentemente significativa. Em linhas gerais, para encontrar o significado de uma ação é necessário que se compreenda de um modo específico o que os sujeitos estão fazendo. Sobre tal modo de compreensão é que se encontra a diferença entre o interpretativismo e a hermenêutica filosófica. Segundo Schwandt (2006, p. 198), “a hermenêutica filosófica sustenta que a compreensão não é, em primeiro lugar, uma tarefa controlada por procedimentos ou por regras, mas, sim, justamente, uma condição do ser

humano. A compreensão é a interpretação”. Assim, o significado é negociado entre os atores sociais e os investigadores no ato da interpretação, e não apenas descoberto.

O construcionismo, como uma proposta teórico-metodológica oriunda da Psicologia Social, coloca o conhecimento no centro destes processos de interação social. Sendo assim, enfatiza a riqueza dos múltiplos discursos, destacando o que acontece entre as pessoas em suas interações e como se dá a construção de sentidos nestas relações. Portanto, indica que, pela interação social, os processos de construção do conhecimento se fazem pelos discursos. Os discursos dos indivíduos a respeito de um fenômeno são tidos como caminhos de análise do próprio fenômeno. Desta forma, tem-se a conjunção das práticas discursivas e produção de sentidos, pela Análise do Discurso, sob a perspectiva construcionista. Com o intuito de respeitar a subjetividade e a interação social dos indivíduos, a abordagem do construcionismo social é um caminho possível, no qual a realidade é vista como construída pelos sujeitos a partir de suas relações sociais.

A proposta aqui apresentada de conciliação entre Construcionismo Social e Análise do Discurso pode ser bastante proveitosa principalmente para as pesquisas em administração que envolvam a gestão de pessoas, já que o estudo dos processos e das estratégias de ação dos sujeitos organizacionais deve contemplar também a subjetividade e esse aspecto não pode partir do *a priori* a ser testado e validado, ou de questões que não mostrem além da superfície (REY, 2002). Portanto, pesquisas dessa natureza requerem epistemologia e metodologia específicas, que abarquem as diferentes perspectivas dos sujeitos e assumam a relevância do caráter qualitativo da investigação.

Para cumprir o objetivo proposto, esse artigo está dividido em cinco partes, além desta introdução. A primeira faz uma revisão sobre a origem do Construcionismo Social e seus principais fundamentos epistemológicos, destacando também algumas críticas recentes. Posteriormente, é abordada a Análise do Discurso, enquanto postura do pesquisador e não apenas uma técnica de análise de dados, a partir de considerações sobre Bakhtin, Fairclough e o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD). Na terceira parte, é discutido o sujeito coletivo enquanto enunciador dos discursos. Na quarta parte é construída uma proposta de elementos da Análise do Discurso, a partir das considerações realizadas sobre Bakhtin e Fairclough, para serem utilizados na análise de enunciados do *corpus* de pesquisa. Por fim, são traçadas as considerações finais do artigo.

### **A epistemologia socioconstrucionista**

Existem muitas controvérsias sobre a definição e a origem da expressão construcionismo social. Para Gergen (1997), seu surgimento está relacionado ao próprio desenvolvimento da ciência. O autor aponta que o construcionismo originou-se como um movimento de resposta às críticas sociais, ideológicas e retórico-literárias, feitas à própria ciência. As críticas sociais vindas primeiramente de Mannheim e depois de Weber e Marx enfatizavam o conhecimento como sendo produzido dentro de um contexto sócio-histórico. Por seu turno, a crítica ideológica vinda de Adorno, Horkheimer e seguidores ressaltava a impossibilidade da neutralidade e objetividade científica, uma vez que a ciência é comprometida com grupos sociais específicos. Por fim, a retórica literária destacava que as explicações científicas estavam enquadradas em regras literárias que a fazem perder a autonomia da própria descrição, ou seja, seu *status* ontológico.

Desta forma, tais críticas, ao explicitarem o caráter comprometido da ciência com a sua perspectiva sócio-histórica e ao enfraquecerem a visão descritiva-objetiva em que a linguagem retrata a realidade, acabam por redimensionarem as teorias científicas (GERGEN, 1997). Para o autor, essas são as bases do nascimento do Construcionismo. Podemos afirmar que esse enfoque busca a superação da dicotomia epistemológica (realismo-subjetivismo)

construída por pesquisadores ao longo da consolidação dos paradigmas positivista e idealista. Portanto, trata-se do enfoque que, segundo Gergen (1985) e Spink (2004), se propõe ao desafio de transcender o dualismo tradicional sujeito-objeto a partir de uma nova estrutura de análise baseada numa teoria alternativa do funcionamento e dos potenciais das ciências humanas e sociais. O construcionismo social ocupa-se da apreensão dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo a sua própria ação (BRITO, *et al.*, 2010). Por essa razão, os pesquisadores que empregam a epistemologia e ontologia socioconstrucionista centram os seus esforços analíticos na compreensão do sentido das ações e práticas sociais (GERGEN e THATCHENKERY, 2004), afastando-se das abordagens que enfatizam as estruturas mentais ou cognitivas.

Ao sistematizarem os princípios do construcionismo social, Brito *et al.* (2010) fundamentados em Spink (2004) afirmam que a referida abordagem orienta-se pelos seguintes pressupostos:

a) nenhum objeto existe independente do processo de produção do sentido; portanto, sujeito e objeto são construções sociais que incluem formas de objetivação e subjetivação humanas;

b) a deferência desta postura implica em aceitar que ocorre um movimento pendular que desloca a origem do conhecimento, ora para o mundo externo, ora para o interno, ou seja, há uma disparidade entre interno-subjetivo-mente e externo-objetivo-mundo;

c) neste particular, a formação discursiva não pode ser abordada como uma entidade separada da prática e vida da social; a linguagem não se limita à função denotativa dos objetos, situações ou estados, mas, ao contrário, ela possui uma função performática na formação discursiva que deve ser considerada, dentro dessa perspectiva, uma prática social em si, com características próprias e conseqüências reais;

d) necessariamente, o construcionismo não pode ser tomado como sinônimo de relativismo, mas, sim, um convite ao exame e ao entendimento das convenções e normas, como algo socialmente situado e passível de reconstrução. Esta abordagem procura contribuir para a desmistificação da prática científica, somando-se às perspectivas mais politizadas de desconstrução da diferença e das formas de opressão (física ou simbólica) que perpassam a vida social e organizacional;

e) ao considerar o conhecimento da realidade como algo socialmente construído, naturalmente pressupõe-se que os métodos produzem, antes de tudo, versões sobre o mundo que, dependendo do contexto de sua produção, do momento sócio-histórico, podem ter maior ou menor poder de persuasão; e

f) ao conceber o conhecimento como uma construção social que se estrutura na interface de contextos sócio-históricos de curto, médio e longo tempo, o construcionismo social procura desvendar os sentidos atribuídos às experiências que derivam de contextos marcados por diferentes temporalidades.

Do exposto, percebemos que os socioconstrucionistas privilegiam o estudo do sentido que os atores e os agentes atribuem à sua própria prática social. Ao contrário dos marxistas e dos behavioristas, os construcionistas insistem na interpretação das especificidades dos fenômenos organizacionais, propondo para tanto, a adoção da análise das práticas discursivas tanto para a sua apreensão e interpretação, como para a sua descrição e compreensão (CZARNIAWSKA, 1995; 2004).

Colaborando para a compreensão do construcionismo, Burr (1995) identifica quatro pressupostos básicos dessa perspectiva:

a) A postura crítica tomada em relação ao conhecimento como certo: o mundo não se apresenta objetivamente para o observador, mas é conhecido por meio da experiência humana, que é fortemente influenciada pela linguagem;

- b) Histórico e especificidade cultural: as categorias de linguagem utilizadas para classificar as coisas emergem da interação social dentro de um grupo de pessoas em um determinado tempo e determinado lugar. Categorias de compreensão, então, são situacionais;
- c) O conhecimento é sustentado por um processo social: como a realidade é entendida em um dado momento, o conhecimento é determinado pelas convenções de comunicação em vigor nessa época. A estabilidade da vida social determina como o nosso conhecimento concreto parece ser; e
- d) O conhecimento e ação social caminham juntos: a realidade é socialmente construída por padrões de comportamento de comunicação interligados. Dentro de um grupo social ou cultura, a realidade é definida não tanto pelos atos individuais, mas por padrões complexos e organizados de ações em curso.

Conjugando esses pressupostos, a abordagem construcionista ganhou notoriedade no campo das ciências sociais com a obra de Berger e Luckmann (1985), *A Construção Social da Realidade*. Para esses autores, a realidade é socialmente construída a partir do senso comum, não sendo privilégio dos intelectuais. Eles concebem que este *conhecimento* constitui verdadeiramente o tecido de significados que caracterizam a sociedade. Esses significados se tornam verdades objetivas por três mecanismos: a tipificação, a institucionalização e a socialização. Sendo o indivíduo um *produto social*, por meio da socialização, os sujeitos constroem sua identidade que os transforma por movimentos de externalização (diz respeito à forma pela qual o sujeito se revela para o mundo) e interiorização (refere-se ao processo por meio do qual o sujeito aprende novas formas de ação ou se socializa). Esta é a vertente do construcionismo decorrente da sociologia do conhecimento (SPINK e FREZZA, 2004).

Em outra vertente, a da Psicologia Social, Spink e Frezza (2004) afirmam que o foco de análise é o momento de interação, nos processos de produção de sentido do cotidiano. Portanto, a ênfase recai sobre a maneira como as pessoas percebem sua realidade. As autoras ressaltam a necessidade do estranhamento do pesquisador para a adoção plena da perspectiva construcionista possibilitando a compreensão do que não está aparente, do que é subjetivo. Esta postura coaduna com a de Rey (2002) de que não é possível acessar diretamente às informações, muitas vezes ocultas, a não ser por meio dos sujeitos, nos quais a subjetividade se mostra constituída de forma diferenciada no sujeito e na sua personalidade, bem como em seus diferentes espaços sociais de atuação. É nesta intersecção individual e social, que os desafios na investigação da subjetividade ficam maiores, não sendo factível, segundo o autor, pensar na exclusão dos processos individuais e sociais em uma pesquisa, uma vez que formam a constituição subjetiva do indivíduo e de sua sociedade.

Ao tratar da pesquisa construcionista dentro da Psicologia Social, Spink e Medrado (2004) consideram que a explicação dos processos por meio dos quais os sujeitos fazem as descrições, interpretações e registros de si e do ambiente em que estão inseridos deve ser adequadamente ressaltada. Em outras palavras, uma pesquisa pautada na perspectiva construcionista parte do princípio que a realidade não é determinada pela natureza das coisas, mas construída a partir da história, dos acontecimentos, das práticas e relações sociais. Neste sentido, o construcionismo social busca compreender as relações sociais, que são dependentes do contexto histórico e social das pessoas (REY, 2002), em que o principal é o produto das trocas sociais entre estes sujeitos (GERGEN, 1997), ou seja, se refere às construções que os sujeitos elaboram conjuntamente retomando os tipos de relacionamentos e a construção do conhecimento. Podemos dizer que é chamado "construcionismo social" porque se destina a esclarecer as formas pelas quais os fenômenos são construídos socialmente.

Por seu turno, o Construcionismo defendido por Vygotsky, Mead e outros estudiosos da Psicologia Social não deve ser confundido com o construtivismo de Piaget e da Psicologia

do Desenvolvimento, que trata das estruturas cognitivas que as pessoas elaboram no decorrer de seu desenvolvimento psicológico (ARENDDT, 2003). Enquanto o primeiro focaliza-se no indivíduo, o segundo tem foco no social. Contudo, apesar das distinções, as perspectivas se encontram em dois aspectos (GERGEN, 1997): a) o foco no conhecimento socialmente construído, em que ambas colocam em xeque a garantia fundacional para a ciência empírica; e b) a crítica à vertente que considera a mente do ser humano como um reflexo de um mundo independente, gerando o questionamento sobre a construção do conhecimento apenas por meio da observação. Fuller e Loogma (2009) acrescentam que a diferenciação entre os “quase vizinhos” é decorrente do foco do Construcionismo estar na intersubjetividade, permitindo uma reflexão metodológica sobre como, com que legitimidade e em que situação social o conhecimento é produzido.

Feitas as devidas diferenciações, trata-se, agora, de apontar algumas críticas recebidas pelo construcionismo social ao longo do tempo. As principais estão voltadas para questões como a omissão da sociedade – como sendo constituída por humanos e não humanos–, o relativismo e o reducionismo lingüístico (PECI e ALCADIPANI, 2004, SPINK e FREZZA, 2004). Sobre a questão de humanos e não humanos, Peci e Alcadipani (2004) recomendam balancear as análises da sociedade considerando as duas dimensões uma vez que ambas possuem capacidades de executar ações. No que tange ao relativismo, Spink e Frezza (2004) evidenciam o fato de que para o Construcionismo toda crença em relação a um fenômeno é igualmente aceitável. Por fim, no que se refere ao reducionismo lingüístico, a abordagem construcionista enfatiza que *algo* alcança o *status* de objeto por meio do processo de construção lingüístico-conceitual, tendo como consequência a centralidade da linguagem.

A respeito das críticas feitas, Meckler e Baillie (2003) apontam que, só porque as teorias administrativas são socialmente construídas e sujeitas à contínua estruturação, não quer dizer que não consigam falar corretamente sobre os fenômenos, ou seja, elas também são compatíveis com a sua “verdade e objetividade” científica. O que não pode ser esquecido é que a busca da “verdade” e da “objetividade” nas ciências sociais aplicadas, segue caminhos distintos daqueles estabelecidos como verdade para as ciências naturais, que primam pelo positivismo. Assim, as críticas dirigidas ao construcionismo não o invalidam como abordagem teórica e tampouco a Análise do Discurso, que, como já apontado, mais que uma técnica de análise de dados, configura-se também numa vertente teórica que abre novas possibilidades para pesquisas em administração.

### **Análise do Discurso: Bakhtin, Fairclough e ISD**

A análise do discurso (AD) é uma das abordagens mais utilizadas nos trabalhos que discutem o sobre Construcionismo Social, seja como complementação teórica, seja como técnica de análise de dados. Na visão de Phillips e Jorgensen (2002), a AD parte do princípio de que o acesso dos indivíduos à realidade é sempre por meio da linguagem, uma vez que esta nos possibilita criar representações que nos auxiliam na construção da realidade. Sob esse prisma, a linguagem não reflete, de forma neutra, nosso mundo, as identidades e as relações sociais; ao contrário, tem um papel ativo na criação e mudanças destes (PHILLIPS e JORGENSEN, 2002).

A AD é uma disciplina das Ciências da Linguagem que se propõe a investigar de forma reflexiva as visões de mundo dos enunciadorens inscritos no discurso que procuram persuadir o interlocutor - ou seja, o enunciatário, aquele para quem se fala. A tentativa de persuasão se dá por meio de estratégias discursivas, que se desenvolvem no plano do enunciado e no plano da enunciação (FARIA, 2009). A enunciação abrange o processo de constituição do enunciado, que é a unidade da comunicação ligada ao uso efetivo da língua

pelos sujeitos no contexto (BAKHTIN, 1992). Por isso, Bakhtin (1992) ressalta que o enunciado deve ser o principal objeto dos estudos da linguagem.

Para Bakhtin (1992), os enunciados são caracterizados pelo dialogismo e marcados pela noção de polifonia e de gêneros, visto que o discurso de um mesmo sujeito é "atravessado" por muitos outros discursos, por muitas "vozes", concordantes ou discordantes. O dialogismo é um princípio constitutivo da linguagem - ou seja, toda enunciação precede de pelo menos um falante (enunciador) e um ouvinte (enunciatário), num caráter recíproco. Mesmo os textos escritos, que podem ser aparentemente não dialógicos, sempre fazem parte da cadeia dialógica, pois, de forma imediata ou posterior, sempre provocam uma resposta dos "outros" (interlocutores que influenciam ou influenciaram as estratégias discursivas de persuasão). Na teoria de Bakhtin, os "outros" exercem uma função essencial na constituição dos sentidos no discurso do falante, pois todo enunciado é elaborado em função do ouvinte e permeado das vozes dos "outros" (BEZERRA, 2005). Essa é a noção de polifonia, em que todos os enunciados são povoados das vozes dos "outros". Conforme essa visão, a interação dialógica não envolve apenas o falante e o ouvinte, mas é polifônica quando retoma vozes anteriores e posteriores da cadeia de interação comunicativa. O ponto de vista de "outros" está presente em cada palavra do falante.

O objeto de discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões de mundo, tendências (BAKHTIN, 1992, p. 319).

Dependendo das informações disponíveis a respeito do ouvinte, o enunciador elabora o gênero do discurso, selecionando o vocabulário, os temas, aquilo que pretende deixar explícito, implícito e o que pretende silenciar (FARIA, 2009). Essa elaboração pode ser consciente ou não. Os gêneros do discurso são "tipos relativamente estáveis de enunciados" que, segundo Bakhtin (1992), retratam as formas de representação do mundo e os valores de cada grupo social. Entretanto, apesar de serem relativamente estáveis, os gêneros se caracterizam pela instabilidade que é refletida nos temas, estilo e estrutura que variam de acordo com o contexto e o grupo social. Todos os enunciados são permeados por esses elementos, que demarcam a heterogeneidade dos gêneros. O estilo, marcado no tempo e no espaço, se configura com o outro individual ou coletivo, revelando aspectos de um social inscritos em gêneros peculiares de diferentes esferas de atividade humana (BRAIT, 2008). Bakhtin (1992) classifica os gêneros em: primários e secundários. Os gêneros primários são aqueles relacionados à comunicação cotidiana e, em geral, orais. Os secundários são aqueles que se circunscrevem numa situação comunicacional cultural mais elaborada.

Ancorado nos conceitos de polifonia e de dialogismo de Bakhtin pode-se falar que as ideias defendidas pelo enunciador integram o "intradiscurso, o conjunto de textos que manifestam um discurso e que está sempre relacionado – explícita ou implicitamente – com outros discursos, em oposição a alguns deles e em afinidade com outros" (FARIA, 2009 p. 46). Essa relação de afinidade ou de oposição entre os discursos chama-se "interdiscurso".

A imbricação da linguagem com o agir humano é o foco de investigação da corrente conhecida como Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), que será apresentada a fim de situar o leitor e facilitar a condução do eixo de argumentação deste artigo. O quadro teórico-metodológico do ISD é rico, e podemos destacar a influência das obras de Bronckart (1999; 2004; 2006a; 2006b) em todo arcabouço analítico. Nesse sentido, a base epistemológica do ISD pode ser resumida em cinco princípios fundamentais, descritos em Bronckart (1999), Pinto (2007) e Cristóvão (2008):

- a) Ao contrário dos ideais positivistas, as ciências humanas e sociais não focam suas investigações em um “objeto” de estudo, mas sim nas condições de funcionamento e desenvolvimento das condutas humanas;
- b) O desenvolvimento de tais condutas e da linguagem humanas se dá com base em pré-construídos humanos, sobre os quais novos conhecimentos são construídos e reelaborados. Isso equivale dizer que este desenvolvimento se dá em construções sociais de determinada sociedade;
- c) Todo desenvolvimento humano se efetiva no “agir” humano, implicando num posicionamento de ordem epistemológica, política e ontológica. Em outros termos, esse agir se realiza em determinado quadro social, evidenciando seu caráter praxiológico ao invés de pautar-se “em elucubrações produzidas por uma atividade meramente cerebral, restritas a um espírito ou a uma alma” (PINTO, 2007 p. 111);
- d) O desenvolvimento humano se dá por meio de processos de socialização e de processos de formação individual, sendo essas duas vertentes complementares e indissociáveis;
- e) Neste processo de desenvolvimento humano, a linguagem tem papel chave, decisivo e indispensável, pois nesta perspectiva social e discursiva ela é entendida como “atividade” e não como um sistema, estrutura ou código. É a linguagem em ação.

Estes cinco princípios mostram de forma clara, a aproximação entre o ISD e o socioconstrucionismo, uma vez que ambos se ancoram em processos de inserção social, de construção social da realidade e de construção de crenças e valores individuais e coletivos que tecem significados partilhados socialmente. Seguindo esta linha de raciocínio, Cristóvão (2008) defende que a investigação das ações humanas numa perspectiva dialógica e histórica, deve se pautar em dimensões sociais, discursivas e constitutivas. Essa noção mostra a aproximação do ISD com a linha de reflexão vygotskyana, ao afirmar que “o comportamento humano é o resultado de uma socialização particular capacitada por meio da emergência histórica de instrumentos semióticos” (BRONCKART, 1999 p.78). Percebemos, assim, a origem comum, qual seja a Psicologia Social tanto no ISD como no Socioconstrucionismo.

Desta forma, não se pode considerar a AD como um simples método de análise de dados. Phillips e Jorgensen (2002) consideram que a AD pode ser utilizada em várias áreas do conhecimento, incluindo o estudo das organizações e instituições, mas não pode ser utilizada com qualquer fundamento teórico. Para as autoras a AD envolve o compromisso ontológico e epistemológico do pesquisador com o papel da linguagem na construção social da realidade, além de técnicas específicas para a análise e linha metodológica coerente com o problema pesquisado.

Fiorin (2007, p.56) considera que “o discurso é, ao mesmo tempo, prática social cristalizada e modelador de uma visão de mundo”, assim, o analista do discurso deve se preocupar em investigar as visões de mundo dos enunciadores inscritos no discurso que procuram persuadir o interlocutor (FARIA, 2009). Na visão de Spink e Medrado (2004), os discursos são os momentos ativos do uso da linguagem, ou seja, são por sua via que os sujeitos produzem sentidos e demarcam suas posições nas relações sociais do cotidiano. Uma vez que o sentido é o produto desses momentos ativos, ele também é tido como um produto coletivo permeado pelo contexto histórico-cultural. Os autores ressaltam que

o sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas - constroem termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 41)

Deste modo, a produção de sentidos é tida como uma prática social, dialógica, mais ainda, um “fenômeno sociolinguístico”, uma vez que as práticas sociais são sustentadas pela linguagem (SPINK e MEDRADO, 2004, p. 42). Os autores complementam que a produção de sentidos busca compreender as práticas discursivas cotidianas (narrativas, argumentações, conversas, entre outras) e os repertórios utilizados ao produzi-las. Para Faria (2009, p. 52), é na “articulação entre os aspectos linguísticos e os históricos, que se constroem os discursos, que se produzem os sentidos, as significações”.

Representada por Fairclough (2003), a análise crítica do discurso (ACD) conjuga os métodos da linguística com a ciência social crítica, provendo as bases para questionamentos e reflexões sobre as práticas sociais. Pode-se dizer que Bakhtin fornece conceitos fundamentais para as formulações de Fairclough, tais como gênero do discurso e dialogismo. A aproximação entre os autores começa pela própria concepção de discurso, entendido como prática social que articula diferentes elementos sociais: ação e interação; relações sociais; pessoas e suas histórias, valores e crenças; mundo material; e a própria linguagem (FAIRCLOUGH, 2003). Todos esses elementos reunidos fornecem os significados do texto. Os significados compõem-se em modos de agir, modos de representar e modos de ser, correspondendo a gêneros, discursos e estilos, respectivamente. Para Fairclough (2003), agimos e interagimos por meio da fala e da escrita. Assim, os vários tipos de gêneros são os diferentes modos de agir e de interagir discursivamente. As diversas representações das práticas sociais se realizam discursivamente conforme as posições dos sujeitos nas próprias práticas. E, por fim, o discurso figura na identificação, nos diferentes modos de ser que se relacionam ao estilo. Os três significados estão dialeticamente relacionados, pois cada um internaliza os outros, sendo, dessa forma, analisados em conjunto. O próprio entendimento dos significados contidos nos textos produzidos por determinados sujeitos leva à revelação de suas identidades.

Os modos de agir trazem o significado da ação na linguagem, enquanto momento de práticas sociais, realiza uma interligação dialética com as ordens do discurso que encerram gêneros discursivos relativamente estáveis em determinado contexto sócio-histórico cultural. Fairclough (2003) estabelece que os gêneros estão vinculados às práticas sociais que os originaram e os classifica em: pré-gêneros, gêneros desencaixados e gêneros situados. Os pré-gêneros são categorias abstratas que compõem os situados e dividem-se em: narrativas, descrições, argumentações e diálogos. Eles se aproximam dos gêneros primários de Bakhtin (1992), que correspondem às conversas espontâneas da vida cotidiana. Os gêneros desencaixados são aqueles que transcendem redes particulares de práticas e estão acessíveis a outras redes. O gênero situado trata-se de uma categoria concreta utilizada, sendo característico de uma rede de prática particular, como uma reportagem jornalística. Cabe ressaltar que, segundo o autor, um gênero situado pode englobar os pré-gêneros. Gêneros são dinâmicos, podendo ser combinados ou criados, em função das mudanças nas práticas sociais.

Os modos de representar buscam os significados nos textos cheios de fragmentos explícitos de outros textos (intertextualidade), que são revelados pela presença de vozes específicas e representantes de diferentes ideologias e interesses particulares (FAIRCLOUGH, 2003; BAKHTIN, 1992). Por meio das vozes, é possível observar as escolhas linguísticas do locutor para representar o discurso do outro que trazem implícitos ou explícitos seu engajamento e posicionamento.

Os modos de ser se relacionam ao estilo. As metáforas enquanto elementos de análise do significado identificacional, manifestam determinado estilo nos enunciados. Para Fairclough (2003), quando utilizamos uma metáfora para significar algo, estamos selecionando a maneira como construímos nossa realidade em detrimento de outra, sugerindo filiação a um modo particular de representar os aspectos do mundo e de identificá-lo. As avaliações também são consideradas traços marcantes do significado identificacional. Por

meio das avaliações, o enunciador se compromete com o que considera desejável ou indesejável, bom ou não, pautado em processos afetivos e julgamentos valorativos (FAIRCLOUGH, 2003). A forma como os sujeitos se comprometem nos discursos revela os modos como eles se identificam.

Ao apresentar os fundamentos do socioconstrucionismo e da AD que também considera o ISD, não há como abandonar a noção de sujeito coletivo. A análise da expressão “construção social da realidade” revela uma construção “coletiva”, por essa razão, a discussão a seguir, apresenta alguns aspectos analíticos que envolvem o sujeito coletivo.

### Sujeito coletivo e discursos

O método de análise das práticas discursivas do sujeito coletivo parte do pressuposto de que o pensamento e a ação de uma coletividade devem ser abordados como uma matriz de práticas discursivas produzidas em um dado momento e num certo contexto sócio-histórico. Isso equivale dizer que as práticas são tomadas como a linguagem em ação (GERGEN e THATCHENKERY, 2004; SPINK, 2004; GERGEN, 1985). Tal linguagem é dinâmica e plural marcada por diferentes vozes, gêneros discursivos (*speech genres*) e conteúdos ou repertórios interpretativos, que são definidos como estruturas de referência empregadas pelas pessoas na construção dos sentidos da realidade (SPINK, 2004). Para essa autora, a linguagem deve ser abordada como uma prática social que produz referências para a interpretação e atribuição de sentidos ao cotidiano (BRITO *et al.*, 2010)

Esses autores, pautados em Spink (2004), reconhecem que a construção do sentido deve ser tratada numa perspectiva temporal, pois o contexto-sócio histórico institui um diálogo entre novos e antigos sentidos e que, para se compreender como eles ocorrem neste contexto, torna-se necessário investigar a interface entre permanências e rupturas de três tempos: o *tempo longo*, caracterizado pelos conteúdos culturais que formam o discurso numa determinada época; o *tempo vivido*, que pode ser entendido como a resignificação dos conteúdos históricos a partir da socialização sofrida e o *tempo curto*, que é aquele tomado como o tempo do acontecimento ou do momento e que permite entender a produção dos sentidos. Para Spink (2004), na interconexão entre esses três tempos históricos, existe a presença concomitante do novo e do velho, das permanências e rupturas, delimitando como a produção de sentidos se processa e como eles circulam na organização, sendo este o caminho teórico-metodológico recomendado neste artigo, para os estudos em administração.

Neste processo analítico, as pessoas são consideradas como construtoras das relações sociais e organizacionais, ou seja, há uma recorrência de jogos políticos, de trocas simbólicas, de construções psicossociais que promovem a produção dos sentidos que podem ser apreendidos e compreendidos por meio da análise das práticas discursivas dos sujeitos coletivos (BRITO *et al.* 2010) Na abordagem socioconstrucionista, deve-se partir do pressuposto que os sentidos não estão presentes nas práticas discursivas que tornam a linguagem um mecanismo de mediação e construção da realidade (GERGEN e THATCHENKERY, 2004; SPINK, 2004). Em síntese, a compreensão dos sentidos, sob a essa perspectiva, defende que a linguagem seja abordada como uma prática social, portanto, produto e produtora das ações das pessoas (SPINK, 2004; BRITO *et al.* 2010).

A análise das práticas discursivas preconizadas pelos formuladores da Análise do Discurso do sujeito coletivo leva em consideração as quatro figuras metodológicas:

- a) Ancoragem - compreende a articulação entre as práticas discursivas e os fundamentos epistemológicos do construcionismo social;
- b) Ideias centrais - referem-se à descrição de uma ou mais afirmações que representam o essencial do conteúdo discursivo explícito pelos sujeitos da pesquisa em seus depoimentos;

c) Expressões chaves - dizem respeito à extração de trechos literais dos depoimentos (falados ou escritos) dos referidos sujeitos;

d) Práticas discursivas dos sujeitos coletivos - formação discursiva que incorpora os conteúdos essenciais relacionados a cada ideia central de cada sujeito. Trata-se da agregação e análise dos conteúdos essenciais dos discursos individuais, dando origem a uma formação discursiva de natureza coletiva (LEFÈVRE, 2003).

O interesse desta abordagem centra-se na análise das práticas discursivas dos sujeitos coletivos, ou seja, operários, gestores intermediários, diretores e outros *stakeholders* (clientes, fornecedores, agências reguladoras) que praticam e influenciam as práticas organizacionais, pois as experiências relacionadas ao “agir” são vivências que estão ao mesmo tempo fora e dentro da organização, são objetivas e subjetivas, pessoais (individuais) e coletivas (organizacionais), micro e macro. Assim, mesmo nas narrativas individuais, pode-se entrever um discurso social mais amplo, bem como uma narrativa coletiva situada em uma dada realidade sócio-histórica.

Como lembra Lefèvre (2003), a experiência e os sentidos coletivos podem ser retratados a partir da compreensão da experiência individual, pois um sujeito quando fala expressa uma experiência coletiva, uma vez que ele fala em nome de uma coletividade. Essa afirmação sinaliza para a possibilidade de se buscar as semelhanças das experiências entre os praticantes do agir organizacional, permitindo a apreensão de práticas discursivas coletivas sobre as práticas organizacionais. Acreditamos que por meio da análise dessas práticas podemos ter acesso aos sentidos coletivos atribuídos a este agir. Em outros termos, este percurso analítico poderá servir de referência para a interpretação e explicação do porquê e do como as pessoas agem tanto do ponto de vista micro analítico (interno) quanto macro (externo).

Face ao exposto, acreditamos que a adoção dos pressupostos epistemológicos socioconstrucionistas e sociodiscursivos possa dar suporte ao desenvolvimento de pesquisas nacionais em administração, uma vez que tais abordagens preocupam-se com o agir humano e dessa forma as análises assim realizadas teriam consequências práticas na vida dos gestores. Após a revisão teórica das principais bases da AD, buscamos propor os principais elementos de análise para serem utilizados no corpus das pesquisas.

### **Elementos de análise dos enunciados**

Para acessar os sentidos dos sujeitos pesquisados, propõe-se utilizar na interpretação contextualizada do material coletado elementos de análise dos enunciados ancorados nas proposições de Faria (1993, 2009), conjugados com os três aspectos do significado propostos por Fairclough (2003). A utilização de elementos de análise de Fairclough (2003) que segue a linha de análise da Teoria Crítica, pode, a princípio, parecer incompatível com o posicionamento construcionista. Contudo, quando o autor considera que o discurso é uma “prática não apenas de representar o mundo, mas de fazê-lo significar, constituindo e construindo o mundo com base em significados” (FAIRCLOUGH, 2001 p. 64), ele torna possível a utilização dos aspectos do significado – ação, representação e identificação -, no construcionismo social. Portanto, os elementos de análise propostos são:

a) Seleção lexical - a escolha do vocabulário é a estratégia discursiva mais básica. Contudo, o posicionamento intencional do enunciatador se revela nas palavras que ele escolhe para se comunicar. É a partir do vocabulário que se desenvolvem os demais aspectos linguísticos que se seguem (FARIA, 2009; FARIA e LINHARES, 1993).

b) Temas - podem se manifestar implícita ou explicitamente ou, até mesmo, ficar silenciados, mas que se encadeiam em percursos semânticos que podem se referir a aspectos

do mundo predominantemente concreto (chamado de figurativo) ou abstratos (chamados de temáticos) (FARIA, 2009).

c) Personagens - o enunciador pode criar personagens como estratégias discursivas se opondo ou defendendo ideias por meio delas. A responsabilidade é transferida para a personagem, o que pode revelar a inclinação ideológica do próprio enunciador (FARIA e LINHARES, 1993).

d) Implícitos e explícitos - a informação implícita é aquela que não está dita ou escrita de forma clara; ela é percebida por meio do contexto e a partir do uso de certas expressões ou palavras (pressupostos) ou de insinuações não marcadas linguisticamente contidas nas frases (subentendidos). Ao contrário, as informações explícitas são aquelas que foram ditas ou escritas no enunciado (FIORIN e SAVIOLI, 1996).

e) Silenciamentos - o enunciador pode omitir certos temas e personagens que considera incoerentes ou indesejáveis com sua posição defendida no discurso. A análise do que foi silenciado e do que foi exposto possibilita um melhor entendimento da ideologia presente no discurso (FARIA e LINHARES, 1993).

f) Significado acional - está presente nos gêneros e no interdiscurso. Por meio da fala e da escrita, agimos e interagimos discursivamente de diferentes modos que correspondem a diferentes gêneros (FAIRCLOUGH, 2003).

g) Significado representacional - está presente no interdiscurso e na representação de si e dos demais atores sociais. Os discursos são modos peculiares de representar as diferentes visões de mundo, atreladas a relações sociais e identidades. A ideia do interdiscurso é que um discurso está cheio de fragmentos de outros que podem ser marcados explicitamente ou mesclados, usados para apoiar ou se opor ao que foi dito (FAIRCLOUGH, 2003). A maneira como o enunciador representa os atores sociais em seu discurso pode indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades. Por meio da análise das escolhas feitas pelo enunciador para representar o discurso do outro, é possível verificar seu grau de engajamento com o que enuncia - ou seja, se concorda, discorda ou polemiza.

h) Significado identificacional - será analisado pelo estudo das avaliações e das metáforas. A avaliação se refere ao modo como o enunciador compromete-se com o que é considerado bom ou não, desejável ou não. “O elemento avaliativo de uma afirmação pode ser um atributo, um verbo, um advérbio ou um sinal de exclamação” (FAIRCLOUGH, 2003 p. 172). Quando se escolhe uma metáfora e não outra para significar algo, constrói-se a realidade de uma maneira e não de outra, sugerindo uma maneira particular de representar e identificar o mundo.

Embora cada um dos elementos de análise do enunciado tenha sido apresentado separadamente, para fins analíticos, eles são dialeticamente relacionados, se sobrepõem e se complementam. A distinção entre os elementos não exclui sua ligação. Essa é a proposta de análise dos discursos dos sujeitos individuais e coletivos para a investigação do sentido produzido por estes.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como principal objetivo discutir propor o emprego do Construcionismo Social conjugado com a Análise do Discurso como opção teórico-metodológica para as pesquisas qualitativas em administração, buscando ampliar a diversidade de perspectivas na área. O Construcionismo Social se apresentou como proposta de compreensão da subjetividade, uma vez que se debruça sobre as relações sociais entre os sujeitos, num determinado contexto histórico e social, acreditando que estes sujeitos

constroem conjuntamente a realidade e o conhecimento. A partir destas proposições, a Análise do Discurso foi destacada como uma das abordagens mais utilizadas no Construcionismo Social, uma vez que parte do princípio de que o acesso dos indivíduos à realidade é sempre por meio da linguagem, criando representações que nos auxiliam na sua construção. Os discursos ocupam, assim, lugar de destaque, pois são considerados momentos ativos do uso da linguagem, ou seja, são por meio deles que os sujeitos produzem sentidos e demarcam suas posições nas relações sociais do cotidiano.

Neste texto defendeu-se que a apreensão dos sentidos atribuídos a realidade passa pela interpretação contextualizada dos enunciados dos sujeitos, levando-se em consideração os fundamentos da abordagem socioconstrucionista e os elementos da análise crítica do discurso, tais como: a) a seleção lexical - a escolha do vocabulário e da estratégia discursiva básica; b) os temas que revelam os percursos semânticos empregados pelos enunciadorees; c) as personagens criadas para dar vida ao discurso que revela a inclinação ideológica do próprio enunciador; d) as informações contidas de forma implícita e explícita no discurso do enunciador; e) os silenciamentos que revelam a omissão de certos temas, personagens e posicionamentos ideológicos e políticos diferentes; f) os significados da ação presentes no interdiscurso e nos gêneros discursivos produzidos pelo enunciador; g) os significados representacionais contidos no interdiscurso e nas representações construídas que revelam a visão de mundo dos atores; h) os significados identificacionais que incluem as avaliações e as metáforas produzidas pelo enunciador.

Vale destacar que a compreensão dos sentidos passa pela interpretação e análise interativa destes elementos constitutivos dos discursos, sejam eles individuais ou coletivos. Espera-se que as considerações apresentadas neste artigo contribuam para a melhoria prática de pesquisa em administração que esteja interessada em compreender os sentidos socialmente construídos pelos atores organizacionais. Cabe ressaltar também que todas as abordagens teórico-metodológicas, incluindo a construcionista, apresentam limitações na tentativa de se produzir *insights* que visam minimizar as imperfeições instrumentais da pesquisa. Ainda assim, cabe listar aqui as possíveis limitações inerentes ao método que poderão ser enfrentadas neste tipo de pesquisa. O método de pesquisa escolhido exige que os pesquisadores tenham significativa habilidade de interpretação; ou seja, de atribuir sentidos ao observado e direcionar o olhar para aquilo que é relevante. Também é válido deixar claro que não se chega a campo ingenuamente, despidos de teorias, que possam, talvez, direcionar para um caminho diferente daquele que realmente conduza ao entendimento do fenômeno a ser estudado.

Apesar das limitações apresentadas, a revisão teórica realizada vem corroborar a necessidade de se avaliar a possibilidade da adoção do Construcionismo Social aliado a AD como uma forma de aprofundar os estudos qualitativos em administração, privilegiando exatamente os sujeitos em suas relações sociais e suas construções de sentidos. Acreditamos que o emprego dessas abordagens enriqueceria as discussões, permitindo outros olhares sobre os temas pesquisados.

### Referências bibliográficas

ARENDETT, R. J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a psicologia social. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 5-13. 2003

BAKHTIN, M.. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BEZERRA, P.. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo:

Contexto, 2005, p. 191 - 200.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRAIT, B.. *Bakhtin - Dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Unicamp, 2008.

BRITO, M.J., SILVA, S.S. ; MUNIZ, M.M.J. The Meanings of the Death of the Founder: the Constructionist Approach. *BAR*, Curitiba, v. 7, n. 3, art. 1, pp. 227-241, July/Sept. 2010 ([www.anpad.org.br/bar](http://www.anpad.org.br/bar)).

BRONCKART, J.. *Atividade de linguagem, textos e discursos – Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Restrições e liberdades textuais, inserção social e cidadania*. Conferência inaugural do XIV InPLA. São Paulo: PUCSP, 2004 (texto xerografado).

\_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Questões epistemológicas centrais do ISD: a atividade de linguagem frente à língua – Homenagem a Ferdinand de Saussure*. Conferência de abertura do I Encontro Internacional do Interacionismo Sociodiscursivo. São Paulo : PUCSP, 2006b (texto xerografado).

BURR, V. *An Introduction to Social Constructionism*. London: Routledge; 1995.

CRISTÓVÃO, V. L. L.. Interacionismo sociodiscursivo (ISD): quadro teórico-metodológico para estudos da linguagem. In: CRISTÓVÃO, V.L.L. (org). *Estudos da linguagem à luz do interacionismo sociodiscursivo*. Londrina, 2008.

CZARNIAWSKA, B. Narration or Science? Collapsing the division in organization studies. *Organization*, 2: 11-33, 1995.

CZARNIAWSKA, B. *Narration in Social Science Research*, London: Sage, 2004.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001

FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FARIA, A. A. M.. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI, A.P.; SARAIVA, L.A.S.; PIMENTEL, T.D.; SOUZA-RICARDO, P.A.G.. (Org.). *Análise do discurso em estudos organizacionais*. 1 ed. Curitiba: Juruá Ed., 2009, p. 45-52.

FARIA, A. A. M. de, LINHARES, P. T. F. S.. O preço da passagem no discurso de uma empresa de ônibus. *Cadernos de Pesquisa do NAPQ*, 1993, 13, p. 32-38.

FIORIN, J. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática , 2007.

- FULLER T., LOOGMA, K.; Constructing futures: A social constructionist perspective on foresight methodology, *Futures*, 2009; v. 41, n° 2: pp. 71-79
- GERGEN, K.J. The place of the psyche in a constructed world. *Theory Psychol.*, v.7, n.6, pp.723-46, 1997.
- GERGEN, K. The Social Constructionist. *American Psychologist*. 40 (3), 266-275, 1985.
- GERGEN, K. ; TCHATCHENKEKERY, J. T. Organization Science as Social Construction: Postmodern Potentials. *The Journal Applied Behavioral Science*. 40(2), 228-249, 2004.
- LEFÈVRE F, LEFÈVRE AMC. *O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul: EDUCS; 256 p, 2003.
- MEAD, G. H. *Mind, self and society*. Chicago: The University of Chicago Press. 1934/1967.
- MECKLER, M.; BAILLIE, J. The Truth about Social Construction in Administrative Science. *Journal of Management Inquiry*.2003; v. 12: pp: 273-284
- PECI, A.; ALCADIPANI, R. Demarcação científica: uma reflexão crítica. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 28, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ANPAD, 2004. 1 CD-ROM.
- PHILLIPS, L.; JORGENSEN, M.. *Discourse Analysis as theory and method*. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications; 2002.
- PINTO, R.. O interacionismo sociodiscursivo, a inserção social, a construção da cidadania e a formação de crenças e valores do agir individual. In: GUIMARÃES, A.M.; MACHADO, A.R. e COUTINHO, A. (Org.) *O interacionismo sociodiscursivo – Questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 111-119.
- REY, F.L.G. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira. 2002.
- SPINK, M. J. (org). *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 3. ed., 2004.
- SPINK, M. J.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da psicologia social. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção dos sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SPINK, M. J.; MEDRADO, B.. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas.. In SPINK, M. J. (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. 3ª edição São Paulo: ed. Cortez, 2004.p.- 41-61.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2ª. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2008, reimpressão 2009. 288 p.

VYGOTSKY, L. S.. *La imaginacion y el arte ne la infância: ensayo psicológico*. Madrid: Ediciones AKAL S. A, 1930/1990.